



Ordem dos Economistas

VidaEconómica

ESTE SUPLEMENTO FAZ PARTE INTEGRANTE
DA VIDA ECONÓMICA Nº 1415, DE 14 OUTUBRO DE 2011,
E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

❑ “Estamos claramente numa fase de final do jogo”

Ricardo Valente, professor da Faculdade de Economia do Porto

❑ 4º Congresso Nacional dos Economistas

❑ Atividades 2011 da DRN/OE

João Ferreira do Amaral, economista e prof. universitário, afirma que por razões estruturais da economia portuguesa

Desastre maior seria mantermo-nos na zona euro

Em jeito de balanço

E pronto!...Num instante se esgotaram dois mandatos, sob a direcção e responsabilidade dos actuais Órgãos Sociais da Delegação Regional do Norte (DRN) da Ordem dos Economistas.

Num instante, vistos em retrospectiva, claro; porque o seu decurso não deixou de ser cerca de seis anos de trabalho, continuado e regular, durante os quais procuramos dar o nosso melhor, pensando sempre em honrar os compromissos assumidos nas campanhas eleitorais que nos levaram à liderança da DRN, nos interesses dos seus membros, no limite os de toda a nossa Ordem.

Corre já novo processo de organização e realização de eleições para os novos Órgãos Sociais que hão-de gerir a DRN no triénio 2012/2014, apelando desde já a todos os caros colegas que lhe dediquem a melhor atenção e interesse.



JOSÉ JORGE SOARES
Presidente do Secretariado Regional Norte
Cédula nº 7469

Lembrem-se da verdade universal, aplicável a qualquer tipo de eleição: quem se alheia da sua realização, corre sempre o risco de vir a ser governado por quem não merece ou não tem competência para isso!

Aproximando-se o termo do mandato em curso, ocorre-nos que se justificará fazer o seu sucinto balanço de actividades, acrescido do do mandato anterior, que também foi da responsabilidade dos actuais Órgãos Sociais.

Uma a uma, fomos realizando variadas actividades, acções e eventos ao longo dos últimos seis anos, procurando sempre atrair aos mesmos o maior número de membros afectos à DRN, tentando desta forma dinamizar o mais possível a sua vida associativa.

Procuramos também aumentar o seu relacionamento e interacção com Instituições académicas da especialidade, os seus docentes e discentes, com outras associações profissionais, nacionais e mesmo estrangeiras, até com a sociedade civil em geral.

Tudo somado, um substancial conjunto de 84 iniciativas, entre conferências, seminários, jantares-debate, ciclos de temas de Economia, um congresso internacional, também sobre temas de Economia específicos da Euro-região Galiza/Norte de Portugal, a criação e funcionamento de um Forum nortenho

inter-profissões englobando 12 Ordens, a renovação e expansão da rede dos Representantes Regionais da DRN, cobrindo melhor a região que lhe está adstrita, exposições culturais (Pintura, Fotografia, presépios,

cascatas sanjoaninas), passeios pedonais temáticos, visitas de estudo a empresas-modelo, publicações de peças jornalísticas centradas em temas de Economia e na vida da DRN, etc.,etc..

Parte destas iniciativas foram desenvolvidas em exclusivo pela DRN, outra parte em conjunto com outras entidades, aproveitando a massa crítica fornecida pelo universo dos seus membros, ou então os seus conhecimentos especializados, o seu prestígio e Imagem públicas, mas sempre com o máximo empenho e envolvimento da DRN.

É hora de agradecermos todos os estimáveis e valiosos apoios que recebemos de tantos e bons parceiros com quem trabalhamos nas actividades partilhadas, e mesmo em algumas acções exclusivas (os nossos amáveis anfitriões das exposições; os valiosos patrocinadores dos prémios pecuniários que atribuímos; os indispensáveis e inestimáveis membros do júri, patronos e difusores dos ciclos de temas de Economia nas várias universidades em que os divulgávamos; os distintos organizadores dos seminários e conferências concretizadas; por fim, e não menos importante, todos os outros de que agora me esqueço, e a quem, por isso, peço as mais humildes desculpas...).

Em retrospectiva, pode-se perguntar com toda a frontalidade: podíamos ter feito mais e melhor? Claro que sim, porque ninguém é perfeito. Mas, no que fizemos, tentamos dar o nosso melhor, colocar todo o nosso saber, entusiasmo e dedicação, em algumas situações com algum prejuízo das nossas vidas profissionais e pessoais.

Mesmo assim, fica-nos a sensação de uma vaga insatisfação por tudo o mais que pensamos fazer, mas não conseguimos concretizar, ou por falta de tempo, ou por falta de oportunidade, ou ainda por falta de apoio dos nossos colegas, muitos deles acomodados...

Contamos confiadamente que os novos Órgãos Sociais saídos das próximas eleições irão conseguir fazer esse «mais e melhor» que nos escapou por entre os dedos. Sentir-nos-emos então muito felizes por isso, e iremos estar à sua inteira disposição para os apoiar nesse sentido, recorrendo, para começar, à experiência que acumulamos nos últimos seis anos.

A todos os prezados membros da DRN, a todos os estimados amigos que nos apoiaram na caminhada que fizemos ao longo dos seis anos que se aproximam a passos largos do seu termo, o nosso Muito Obrigado pelo inestimável e valioso apoio que nos deram e...

As mais cordiais saudações! Até sempre!

O Secretariado da DRN/O.E., representado pelo seu Presidente cessante

J.J. Soares



ANTÓNIO CUNHA
Vogal Efetivo do Secretariado Regional Norte
Cédula nº 3594

A magia da balança comercial

Conforme textos anteriores publicados neste Suplemento da Ordem dos Economistas, não opinamos sobre opções políticas ou ideológicas (maior ou menor intervenção do Estado na Economia), mas sim sobre boas ou más decisões técnicas. Assim, como Economistas, para nós é importante que Portugal seja governado com um orçamento equilibrado, em que anos de deficit sejam compensados por anos de excedentes orçamentais.

Confesso que fiquei desiludido com o Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 que o Governo apresentou recentemente. Ao contrário da maior parte dos comentadores e políticos, li as 63 páginas muito bem redigidas pela equipa do Ministério das Finanças, e cheguei a uma conclusão contrária à da maioria dos comentadores: não consigo observar um aumento de impostos ou um corte de despesas digno desse nome, pelo menos que resolva o problema do deficit e da dívida.

De acordo com as medidas de consolidação anunciadas na página 55 do referido documento, o 'ataque' ao Estado Social traduz-se numa redução de despesa em Prestações Sociais de 0,6% do PIB em 2012 (e ligeiramente menos em 2013), e o 'assalto' fiscal nos impostos sobre o rendimento traduz-se num acrés-

cimo de 0,4% do PIB em 2012 (e também ligeiramente menos em 2013).

referido documento), onde estão projetados os valores para o deficit e dívida até 2015.

Quadro III.9. Conta das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional 2011-2015

	Em % do PIB					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
19. Cap. (+) Nec. (-) Financiamento Líquido (17-18)	-9,1	-5,9	-4,5	-3,0	-1,8	-0,5
20. Dívida Pública	92,9	100,8	106,1	106,8	105,0	101,8

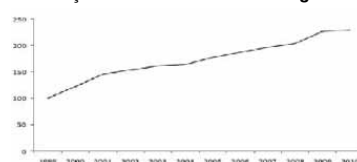
Fonte: Ministério das Finanças

Para executar os prometidos cortes de 5% na despesa e aumento de 2% nas receitas para 2012 e 2013, existem de facto outros aumentos de impostos e outros cortes de despesa anunciados, mas cuja eficácia em termos de execução orçamental tem tido um histórico pouco abonatório: redução de despesas com pessoal, racionalização de serviços, reforço do combate à evasão fiscal e também aumentos de IVA, que geralmente, ao provocarem diminuição do consumo, também geram receitas marginalmente decrescentes.

O que é certo é que, se tudo correr bem, e conforme planeado pelo Governo, chegaremos a 2015 com um deficit orçamental de 0,5%, e uma dívida pública superior à que teremos no final deste ano, conforme o quadro seguinte (excerto do

Como nos livraremos desta 'tiranía da dívida'? Como resolver o problema da elevada dívida dos Portugueses ao exterior, do Estado e dos privados, que representa mais de 200% do PIB?

Evolução da Dívida Externa Portuguesa:



Fonte: Banco de Portugal.

Fui encontrar a resposta a esta questão nas contas nacionais trimestrais publicadas pelo INE, onde no meio da desgraça conseguimos encontrar uma luz ao fundo do túnel. A prevista queda do PIB é real, mas vemos que o ajustamento está a ser feito não só com um improvável e

volátil crescimento das exportações (que se segura em torno dos 8%), mas também com uma forte queda das importações, conforme exposto no quadro seguinte.

De acordo com os dados do INE, a queda das importações foi especialmente forte em bens de consumo duradouro, os quais tipica-

comendas recebidas do mercado externo por empresas industriais aumentaram 18% em termos homólogos, o que indicia que a tendência de melhoria da cobertura das importações por exportações irá continuar.

De acordo com os dados do INE, no segundo trimestre de 2008,

	Composição da variação em volume do PIB				
	Taxa de variação homóloga (%)				
	2ºT 10	3ºT 10	4ºT 10	1ºT 11	2ºT 11
Procura interna	2,0	-0,8	0,2	-3,1	-5,2
Exportações	9,6	8,5	7,8	8,4	8,4
Importações	9,6	1,2	3,7	-0,9	-5,4
PIB	1,4	1,2	1,1	-0,5	-0,9

Fonte: INE

mente são adquiridos a crédito. Com todo o respeito que tenho pelas pessoas que trabalham neste tipo de actividade (especialmente importação de automóveis e de eletrodomésticos, bem como a sua comercialização), estas são boas notícias para Portugal, pois indicia que a necessidade de diminuição de dívida externa pode ser liderada pelo setor privado, ficando o Estado com mais meios para manter as funções sociais (que, conforme referi, serão das menos afetadas pelos cortes).

Por outro lado, o INE também divulga que em julho as novas en-

mesmo antes de a crise financeira internacional ter início, o deficit da Balança Comercial era de 10,2% do PIB. No segundo trimestre deste ano, o deficit comercial foi 4,7% do PIB. Em três anos os privados conseguiram diminuir para metade o mais importante indicador de competitividade de um país.

Quero acreditar que a magia vai continuar, e com mais 3 anos de decisões económicas corretas por parte dos privados, Portugal sairá desta crise como um país mais forte, competitivo e respeitado ao nível internacional, como merece ser.

RICARDO VALENTE, PROFESSOR DA FACULDADE DE ECONOMIA DO PORTO, ALERTA RELATIVAMENTE À CRISE DAS DÍVIDAS SOBERANAS

“Estamos claramente numa fase de final do jogo”

A ausência de uma adequada regulação financeira, na crise financeira de 2007, bem como de um desenho de uma União Monetária Europeia na atual crise das dívidas soberanas são falhas determinantes, refere Ricardo Valente, professor da Faculdade de Economia do Porto. Para este economista, o ponto a que chegámos é claramente o do “fim do jogo”, onde se dá início efectivamente ao processo de desalavancagem económica. Para Ricardo Valente, a resolução controlada da crise grega, a recapitalização do sistema bancário e a criação de mecanismos de “contrafogo” protetores dos efeitos de contágio da crise helénica são os fatores que no curto prazo poderão acalmar a instabilidade dos mercados. Mas torna-se fundamental que a Europa se envolva como um todo nesta “guerra”, adverte.

ALBANO DE MELO
redacao@vidaeconomica.pt

Vida Económica (VE) - Considera que a dimensão da atual crise financeira acaba por traduzir uma “falha política” no sentido da entrega da direção das economias ocidentais aos ditames dos mercados?

Ricardo Valente (RV) - Parece que, de facto, houve uma falha política, mas no sentido da intervenção política ter falhado onde ela deve ser implementada sem mácula: na regulação financeira (caso da crise de 2007) e no desenho da União Monetária (crise soberana que atualmente vivemos).

Depois tivemos um mundo onde o modelo de crescimento económico se baseou num fortíssimo crescimento do endividamento e que levou a uma bolha de crédito imensa. A fase a que chegámos é claramente a do “fim do jogo”, ou seja, o ponto onde os credores deixam de ter confiança na capacidade dos devedores de sustentarem os níveis imensos de dívida que detêm nos seus balanços e se dá início ao processo de “desalavancagem” económico.

VE - Crise financeira, crise económica e crise das dívidas soberanas: uma sequência inevitável?

RV - Diria antes uma “bolha de crédito”, que despoleta uma crise bancária, que conduz a uma crise de dívida soberana que pode conduzir a uma crise económica. Logo, parece inevitável que o panorama económico mundial na próxima década vai continuar a ser marcado por crescimento abaixo da média, níveis de desemprego acima da média e recessões mais frequentes.

VE - No seu entender, e numa perspetiva macro, quais as vias concretas de solução para o apaziguamento dos mercados?

RV - Atualmente a situação passa claramente pelo estancar da crise na Europa. E esta é sobretudo uma decisão política. Veja-se que, depois de negarem a falência da Grécia, hoje os políticos já admitem a mesma desde que de forma ordenada, ou seja, claramente falta uma liderança política na Europa que leve o Mundo inteiro



“Apesar do contexto geral, os mercados acionistas asiáticos, japonês e mesmo o dos EUA começam a estar bem apelativos”, considera o economista Ricardo Valente.

a reagir em uníssono a esta crise. A diferença face à crise de 2007 é que, apesar de todos os defeitos da Administração Bush, a mesma teve a força suficiente para nacionalizar parte substancial do sistema financeiro americano e criar um consenso mundial que levou a uma saída muito rápida da crise.... na Europa a estratégia é.... esperar para ver até... ser tarde de mais....

VE - Entretanto, como avalia a pertinência e eficácia, designadamente a nível europeu, das tentativas/medidas que têm a ver com tal apaziguamento?

RV - A gestão europeia da crise é uma lógica gradualista, em que se vão procurando resolver os “pequenos” problemas, sem olhar para os problemas estruturais da União Monetária de uma só vez. A resposta parece ser vencer cada uma das batalhas, mas sem nunca a Europa se envolver como um todo na “guerra”. E de facto esta é a crise de uma vida na Zona Euro, uma vez que a não resolução da crise de forma rápida e enérgica irá deixar cada vez mais “sequelas” em termos sociais, políticos e económicos, tornando cada vez mais difícil o necessário processo de integração com génese federal que será, em última instância, a “cola” que ligará a moeda única de forma estruturante.

VE - Que macrofactores poderão ainda condicionar e prolongar a instabilidade nos mercados?

RV - A instabilidade nos mercados estará claramente centrada, no curto prazo, na efetiva resolução da crise grega, o que passará por um “default” controlado da Grécia (já descontado no mercado), uma efetiva reca-

pitalização do sistema bancário europeu e a criação de mecanismos de “contrafogo” que protejam os efeitos de contágio da crise helénica sobre Portugal, Espanha e Itália.

No médio e longo prazo, os mercados continuaram de certa forma instáveis, enquanto não se perceber o efeito que esta crise soberana e de crédito terá sobre o crescimento económico e resultados das empresas entre o último trimestre do ano e primeiro trimestre de 2012.

VE - Tendo em conta esta instabilidade/incerteza, e numa ótica do investidor, quais as estratégias e tipologias de aplicações mais recomendadas de momento?

RV - Parece-me claro que esta crise na Europa terá como consequência uma reversão da tendência de valorização do euro, pois o mercado começará a dar valor a moedas que, mesmo com taxas de juro muito baixas, mostrem sinais de maior flexibilidade e capacidade de saída da crise: EUA e Reino Unido. Assim, parece-nos sensata a construção de posições de investimento em ativos em moeda distinta do euro, nomeadamente USD e GBP.

Do ponto de vista relativo, os mercados acionistas começam a estar bem apelativos, estando já a transacionar a múltiplos bem interessantes numa perspetiva de médias históricas. Pensamos que os mercados emergentes, sobretudo os asiáticos, o mercado japonês e mesmo o mercado americano são neste momento mercados atrativos. Na Europa, o risco é de facto essencialmente político, pelo que a tomada de posições deve ser mais cautelosa.

JOÃO FERREIRA DO AMARAL, ECONOMISTA E PROF. UNIVERSITÁRIO, AFIRMA QUE POR RAZÕES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA PORTUGUESA

Desastre maior seria mantermo-nos na zona euro

A política de austeridade brutal aplicada desde 2010 a países mais endividados falhou completamente e já pouca gente tem dúvidas sobre isso, afirma João Ferreira do Amaral, professor catedrático do ISEG. Para este economista, e à semelhança do que já acontece com a Grécia, o programa de ajustamento para a economia portuguesa revelará em breve as suas deficiências de conceção e a sua inexistência. E exclama: “É espantoso que em plena Europa se possa ter concebido programas desta forma tão desastrosa”.

Para João Ferreira do Amaral – “que não faz do euro uma religião” – há de facto razões bem estruturais e profundas para que Portugal saia da zona euro, ainda que, como explica, numa forma apoiada e controlada e só após se verificar uma certa estabilização da zona euro. Para ele, seria a única forma de Portugal assegurar um crescimento sustentável, pagar a dívida externa e recuperar mesmo a confiança há muito perdida por parte dos mercados.



“No caso de voltarmos a ter crescimento, ele não será sustentável porque gerará, de novo défices elevados e logo a seguir penúria no financiamento”, afirma João Ferreira do Amaral.

ALBANO DE MELO
redacao@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Crise financeira global, crise económica e crise das dívidas soberanas: uma sequência inevitável?

João Ferreira do Amaral - Não, não era inevitável, pelo menos na Europa. Depois do desencadear da crise financeira nos EUA em 2007, teria sido possível evitar o seu contágio à economia real se as autoridades europeias tivessem acordado imediatamente em expandir a política orçamental. Esta expansão teria sido importante, justamente, para evitar que as perdas de riqueza devidas à crise financeira se traduzissem (como se vieram a traduzir) numa quebra da procura final e daí na produção.

Os governos só acordaram na expansão orçamental muito tardiamente, no final de 2008. E não contentes com isso, em 2010, voltaram atrás e decidiram levar a cabo políticas orçamentais de uma restrição sem precedentes, verdadeiramente terroristas, como as qualifiquei na altura. Os resultados estão à vista. Por toda a Europa, mas

em particular na Grécia e Portugal, criou-se uma situação que é das mais graves que alguma vez a União defrontou, em grande parte devida à inépcia e à teimosia dogmática dos líderes europeus. Quanto à crise da dívida soberana, ela também poderia ter sido evitada se as instituições da zona euro não tivessem sido tão defeituosamente criadas. Ao não permitirem que o Banco Central Europeu possa financiar diretamente os estados estão, evidentemente, a pôr esses mesmos estados nas mãos dos mercados financeiros. Também esta situação não tem precedentes desde o início do século XX e é das mais gravosas para todos nós porque enfraquece os estados e põe, por isso, em causa o chamado modelo social europeu.

VE - Como avalia as perspetivas de estabilização atuais?

JFA - A política de austeridade brutal que tem sido seguida desde 2010 falhou e falhou completamente. Já pouca gente tem dúvidas sobre isto. O programa de ajustamento da Grécia foi mal concebido, o que não abona mu-

to sobre a capacidade técnica das instituições que o conceberam. O mesmo se vai tornar evidente dentro de alguns meses em relação ao programa português. É excessivo, e provavelmente o resultado pretendido, que é o de permitir de novo ao nosso país financiar-se nos mercados, ficará mais longínquo. A má conceção destes programas levou que a austeridade excessiva, provocando recessão, originasse na Grécia uma situação em que as finanças públicas não são reequilibradas, não porque exista um descontrolo orçamental, mas simplesmente porque a quebra da atividade económica desde o início do século XX e é tal que já não permite gerar as receitas públicas necessárias ao equilíbrio. É espantoso como, em plena Europa, se pode ter concebido programas desta forma tão desastrosa. Aparentemente, as autoridades europeias começam agora tomar consciência de toda a extensão do desastre e de que a austeridade pela austeridade agravava os problemas, em vez de os resolver. Vamos ver se tiram todas as ilações dessa constatação.

VE - Voltando-nos agora para o caso de Portugal, o sr. Prof.

tem defendido uma saída da zona euro, ainda que de uma forma controlada/apoiada. Há razões estruturais para uma tal saída?

JFA - Há. Eu não tenho a religião do euro, ao contrário de muitos comentadores que, sem sequer refletirem um momento, gritam por todo o lado que a saída será um desastre. Quando as questões monetárias entram no domínio religioso, é impossível debater as coisas de forma minimamente racional. Por isso, é confrangedora a incapacidade desses dogmáticos do euro de refletirem sobre o desastre, não o da nossa saída, mas daquele que resultará da nossa manutenção na moeda única. É confrangedora, mas não é uma surpresa. Já a tinham demonstrado há vinte anos atrás na incapacidade de analisar os riscos que corríamos quando da adesão. Porque há de facto razões imperiosas para sairmos do euro. Efetivamente, será a única alternativa de podermos crescer de forma sustentada, ou seja, baseando o crescimento na produção de bens transacionáveis.

A nossa dívida externa é de tal modo elevada (em termos lí-

riaram em relação a 1999 e não temos nem teremos financiamentos este ano é mais reduzido mas isso tem a ver com a redução das importações devido à recessão. No caso de voltarmos a ter crescimento, ele não será sustentável porque gerará, de novo défices elevados e logo a seguir penúria no financiamento. É certo que o euro, por força da crise europeia, está hoje um pouco mais fraco do que já esteve. Mas em breve, por pressão da Alemanha, tornará a ser uma moeda muito mais forte e entraremos de novo no pesadelo de acumulação de défices externos. Não por muito tempo, porque, como disse, logo a seguir o crédito estancará. Necessitamos de uma desvalorização de 30% a 40% para impulsionar a produção de bens transacionáveis. Como é que isso é possível na zona euro?

VE - Em que condições considera que deveríamos sair?

JFA - A saída da zona euro deve ser controlada. Existiria aí, sim, um desastre se fôssemos empurrados para fora do euro – situação que considero inevitável, se persistirmos em nos mantermos lá a todo o custo.

Para sairmos de forma controlada há pelo menos cinco condições que deverão ser asseguradas: a) anunciar amplamente (e cumprir, claro) que as aplicações financeiras em instituições portuguesas manterão o seu valor em euros, de modo a não se gerar um pânico na transição para a nova moeda; quanto ao Estado, continuará a honrar a sua dívida em euros.

b) o balanço dos bancos não seria prejudicado, pelo que os créditos a famílias, empresas e Estado aumentariam na nova moeda em função da desvalorização desta

c) para evitar um incumprimento generalizado por parte dos devedores à Banca, o Estado substituir-se-ia a estes no montante do aumento da dívida que resultar da desvalorização. O Estado financiará este acréscimo de dívida (que é interno) através de empréstimos contraídos junto do Banco de Portugal expressos na nova moeda

d) entrarmos no Mecanismo de Taxas de Câmbio II, o que significa que, ajudados pelo BCE, teríamos de manter a nova moeda numa banda de flutuação de 15% em relação a uma taxa de referência da nova moeda em relação ao euro; esta taxa de referência seria desvalorizada todos os meses em regime “crawling peg”, de modo a que a desvalorização da nova moeda se fizesse de forma controlada.

e) seria obtida a cooperação das autoridades europeias em dois

pilares: os governos autorizariam um novo empréstimo de montante superior ao atual (empréstimo que em qualquer dos casos vai ser necessário) que será fundamental para honrar a dívida do Estado e sustentar a balança de pagamentos no ano, ano e meio que a desvalorização da moeda demorará até ter efeitos positivos no reequilíbrio das contas externas; o BCE comprometer-se-ia – como, aliás, é seu dever – a ajudar a nova moeda a manter-se na banda de flutuação e abriria uma facilidade especial, temporária, de crédito aos bancos portugueses durante a fase de transição para a nova moeda, a utilizar, se necessário, de modo a reagir imediatamente a qualquer sintoma de pânico.

VE - Qual será a atitude dos nossos parceiros e dos mercados face a uma eventual saída? Não haverá riscos?

JFA - A saída da zona euro será benéfica para Portugal e sê-lo-á também para os outros parceiros da moeda única. Queiramos ou não, a verdade é que a débil situação estrutural da nossa economia será sempre um fator potencialmente instabilizador da zona euro e por isso os nossos parceiros receberão certamente com alívio essa saída (se for controlada) e tomarão uma atitude cooperante. Mais: arrisco-me a afirmar que os mercados também a encararão com otimismo. A

confiança que nos atribuíam por pertencermos ao euro, perdeu-se para muito tempo. Estava assente no pressuposto de que em caso de dificuldades de um país os outros ou as instituições europeias o apoiariam incondicionalmente. Esse pressuposto – no qual nunca acreditei – esfumou-se completamente. Por isso, só há uma possibilidade de cumprirmos os nossos compromissos: é recomençarmos a crescer rapidamente com base na produção de bens transacionáveis, gerando saldos positivos na balança de pagamentos. Objetivos que os mercados sabem muito bem que não conseguiremos alcançar continuando a fazer parte do euro.

A saída é uma condição essencial para evitar a estagnação durante décadas e para manter um mínimo de autonomia em termos políticos, mas não nego que tem riscos. A verdade é que também o tem qualquer operação cirúrgica que infelizmente tenhamos que fazer. Sofrer uma intervenção cirúrgica é arriscado e doloroso. Mas, muitas vezes, é a única forma de salvar o doente.

VE - Como será possível a saída numa situação tão instável como a atual?

JFA - A estabilização da zona euro é essencial para podermos pensar numa solução mais estrutural que permita que todos os países se sintam bem no euro - ou fora dele. Para Portugal essa solu-

ção passa pela saída mas para outros países (como por exemplo a Irlanda) não faria sentido sair do euro. No entanto, não recomendaria a saída do nosso País sem que primeiro se estabilizasse a zona. Uma solução do tipo “euro bonds” pode certamente ajudar a essa estabilização. O mais importante seria, no entanto, que as autoridades europeias tomassem consciência de que a austeridade levada ao extremo não resolve nada e que o que se está a obrigar a Grécia e Portugal a fazer, longe de contribuir para a estabilização da zona da moeda única, só agravará a sua instabilidade.

VE - Como avalia as perspetivas atuais de evolução da economia portuguesa?

JFA - As últimas perspetivas conhecidas para a evolução da economia portuguesa em 2012 são muito negativas. Vamos ter uma recessão bastante profunda com quedas do consumo e do investimento que configurarão uma situação excecionalmente grave. Tenho dúvidas que neste cenário seja possível cumprir os objetivos da “troika”, pelo que vai ser provavelmente em 2012 que se vai verificar em Portugal o falhanço da estratégia de austeridade a todo o custo que já se verificou na Grécia. A instabilidade social vai agravar-se e poderemos entrar numa situação em que essa instabilidade social tornará ainda mais difícil a situação económica.



Necessitamos de uma desvalorização de 30% a 40% para impulsionar a produção de bens transacionáveis.



4º CONGRESSO NACIONAL DOS ECONOMISTAS

19 - 20 - 21 OUTUBRO 2011

LISBOA - GRANDE AUDITÓRIO - INDEG | ISCTE



Ordem dos
Economistas

PORTUGAL 2020 O NOSSO PAÍS NO CONTEXTO GLOBAL

PROGRAMA

19 OUTUBRO

8.30 - 09.00 h

Acreditação dos Congressistas

9.00 - 09.030 h

Cerimónia de Abertura

Aníbal Cavaco Silva - *Presidente da República*
Rui Leão Martinho - *Bastónario da Ordem dos Economistas*

9.30 - 10.00 h

Entrega dos Prémios Carreira

10.00 - 10.30 h

Coffee break

10.30 - 12.00 h

A Economia Portuguesa - Os Macro Designios para Portugal 2020 no Contexto Mundial

Oradores:
Félix Ribeiro, João Salgueiro, Miguel Beleza e Vítor Bento

Moderador:
João Adelino Faria

12.00 - 13.00 h

Government versus Markets
- A contemporary and historical perspective

Keynote Speaker: Vito Tanzi

13.00 - 14.30 h

Almoço

14.30 - 16.30 h

As Empresas e o Futuro

Oradores:
António Mexia, José Honório José Maria Ricciardi e Paulo Pereira da Silva

Moderador: *Luís Sítima*

16.30 - 17.00 h

Coffee break

17.00 - 18.00 h

Keynote Speaker

Álvaro Santos Pereira - Ministro da Economia

18.00 - 19.30 h

Cocktail

20 OUTUBRO

09.00 - 10.15 h

Apresentação dos trabalhos sobre o tema do Congresso, elaborados por Membros da Ordem

Moderadores:
Mário Abreu e Raul Marques

10.15 - 10.45 h

Coffee break

10.45 - 13.00 h

O Estado: Concorrência, Contexto, Fiscalidade e Inovação

Oradores:
António Lobo Xavier, Jaime Quesado, João Amaral Tomaz, Mário Centeno, Valentí Pich

Moderador:
Paulo Magalhães

13.00 - 14.30 h

Almoço

14.30 - 16.30 h

Coesão Social, Liderança e Empreendedorismo. Qualificações

Oradores:
Carlos Moreira da Silva, Francisco Maria Balsemão, João Trigo da Roza, Luis Reis

Moderador:
Nicolau Santos

16.30 - 17.30 h

Coffee break

17.30 - 18.30 h

Keynote Speaker

Olli Rehn (a confirmar)

20.00 h

Jantar de Gala

Atribuição do 1º Prémio de Jornalismo Económico O.E. / BES

21 OUTUBRO

08.30 - 09.45 h

Países de Língua Portuguesa: Desenvolvimento Económico, Relações e Parcerias

Oradores:
Fátima Fialho, Judite Correia, Luis Mira Amaral, M. Sousa Galito

Moderador:
Francisco Murteira Nabo

09.45 - 10.15 h

Coffee break

10.15 - 11.00 h

Evolução recente e perspectivas futuras das relações económicas entre os Países de Língua Oficial Portuguesa

Oradores:
Jorge Braga de Macedo, Manuel Ennes Ferreira

Moderador:
Hélder de Oliveira

11.00 - 12.00 h

Keynote Speaker

Carlos Costa - Governador do Banco de Portugal

12.00 h

Encerramento

*Pedro Passos Coelho - Primeiro Ministro de Portugal
Rui Leão Martinho - Bastónario da Ordem dos Economistas*

19
OUTUBRO

20
OUTUBRO

21
OUTUBRO


ALBANO DE MELO
 Economista
 Cédula profissional nº 13452

Sem liquidez não há crescimento

A austeridade é pois uma certeza no âmbito do Orçamento de Estado 2012. Mas nos últimos tempos têm surgido reparos sobre a necessidade de relançamento da economia, sem que para tal se reconheça genericamente a tomada de medidas concretas reprodutivas. Que planos sairão deste super-Ministério da Economia? Qual o efeito de reestruturações organizativas, quando há urgência na revitalização económica? Até onde a “ditadura das finanças”? Mais uma vez aguarda-se que o Orçamento 2012 acabe por esclarecer algo mais.

Uma coisa é certa. Falta liquidez à economia – às famílias e empresas – porque também falta liquidez ao sistema bancário que se tem vindo a financiar junto do BCE. Há que refletir sobre o sistema bancário e financeiro em geral, assumindo que ele é vértebra central duma economia de mercado, mas não deixando de lembrar que também ele próprio foi agente ativo de alguns dos desequilíbrios dos últimos anos. Donde as facilidades para recapitalização dos bancos, que a UE enfatiza e o nos-

so programa de austeridade prevê, não devem ser encaradas com reservas pela própria banca. Esta solução e porventura a liquidação de créditos que a banca tem sobre o setor público alargado têm que ser encaradas com prioridade, enquadrando-as nas iniciativas e declarações mais recentes da política europeia na zona euro. Tem pois o sistema bancário que virar-se consistentemente e de uma forma regulada para o apoio aos agentes da economia real e deverá o sistema financeiro em geral consolidar em convergência a sua diversificação e operacionalidade.

Não sei o que neste último domínio trarão de novo as medidas a anunciar em princípio pelo Ministério da Economia. Provavelmente repisarão parcialmente e aperfeiçoarão muitas das intenções e concretizações assumida há mais de duas décadas e posteriormente desenvolvidas no âmbito dos programas de engenharia financeira. Designadamente no tempo dum governo que foi alavancador, na altura, duma verdadeira modernização e diversificação do sistema financeiro e

onde sobressaíam o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, e o ministro da Indústria e Energia Mira Amaral, verdadeiro elo de ligação com as empresas através das diversas Associações Empresariais que enquadravam as PME. Na altura – vivia-se justificadamente um período de crença no dinamismo económico, que agora faz falta – deram os primeiros passos no âmbito do PEDIP o capital de risco – quão difícil foi promover o produto que era confundido “tout court” com subsídio a fundo perdido – e também o sistema de garantia mútua que tem dados bons saltos mas que ainda apresenta uma gota no apoio ao financiamento das empresas. Veremos em que moldes são assumidos estes itens. Entretanto, contactos que recentemente vou tendo com o meio empresarial – individualmente ou no seio de associações empresariais – revelam que a classe empresarial afeta às tais PME considera, com perplexidade, a manutenção de falhas de mercado não cobertas eficazmente pela própria banca, mas suscetíveis de superação

por produtos financeiros do tipo dos atrás referidos. E a este propósito relembro algumas questões que se põem de uma forma estrutural já há bastante tempo e que passo a sintetizar:

- Quantas iniciativas empresariais, muitas delas imbuídas de inovação ao nível dos produtos e das tecnologias, não conseguem arrancar porque a banca generalista em regra desconfia delas e sobretudo porque não apresentam uma base sólida de capitais próprios?

- Quantas empresas dotadas de um bom projeto de base e com capacidade de gestão à partida arrancaram com sucesso, mas, mais tarde ou mais cedo sucumbiram ao ultrapassar o chamado “vale da morte”, facto este muitas vezes derivado das necessidades acrescidas de empate de capital não satisfeitas?

- É, finalmente, quantas empresas com forte endividamento, mas com inequívoca viabilidade económica, poderiam ainda ser salvas através de operações de reestruturação financeira como a consolidação de passivos, a conversão de créditos em capital?

CALENDÁRIO ELEITORAL DELEGAÇÃO REGIONAL NORTE

Data do Acto Eleitoral: 30/12/2011
Triénio 2012 - 2014

Até 28/10/2011	Convocação das eleições (Assembleia Eleitoral) com a antecedência mínima de 60 dias (art.º 75).
14/11/2011	Afixação, na Sede e nas instalações do Porto, da Madeira e dos Açores, dos cadernos eleitorais 45 dias antes da Assembleia Eleitoral (art.º 76) - membros efectivos inscritos até 30-06-2011, inclusive. (*)
De 15/11 a 30/11/2011	Reclamações sobre os Cadernos Eleitorais dirigidas à Mesa Eleitoral nos 15 dias seguintes aos da afixação (art.º 76). Decisão sobre a reclamação no prazo de 48 horas.
Até 30/11/2011	Apresentação à Mesa Eleitoral das listas de candidatos à eleição - até 30 dias antes do acto eleitoral (art.º 77).
A partir de 02/12/2011	Início das funções da Comissão de Fiscalização Eleitoral (art.º 78) - 24 horas após apresentação das candidaturas.
Até 06/12/2011	Mesa Eleitoral verifica irregularidades das candidaturas nos 5 dias subsequentes ao encerramento do prazo de candidatura (art.º 79).
Até 09/12/2011	Listas fazem o saneamento de eventuais irregularidades no prazo de 3 dias úteis (art.º 79).
Até 12/12/2011	Mesa Eleitoral rejeita listas que não sanaram eventuais irregularidades nas 24 horas seguintes (art.º 79).
12/12/2011	As listas aceites e respectivos programas são afixados na Sede e nas instalações do Porto, da Madeira e dos Açores até às eleições (art.º 80).
Até 15/12/2011	Envio aos eleitores dos boletins de voto e das listas de candidaturas até 10 dias úteis antes do acto eleitoral (art.º 82).
Até 23/12/2011	A Mesa Eleitoral promove a constituição das mesas de voto (art.º 85) - 5 dias antes das eleições.
30/12/2011	Eleições (Sexta-Feira)
6/01/2012	Apuramento final dos votos e proclamação da lista vencedora - obrigatoriamente no 7º dia seguinte ao da votação (art.º 86).
Até 09/01/2012	Apresentação de reclamações sobre o acto eleitoral (art.º 87) 3 dias após o encerramento do acto eleitoral.
Até 12/01/2012	A Mesa Eleitoral decide no prazo de 48 horas sobre as reclamações (art.º 87).
Até 24/01/2012	Possibilidade de recurso da decisão da Mesa Eleitoral sobre as reclamações para o Conselho Geral - no prazo de 8 dias úteis contados da data em que os recorrentes tiveram conhecimento da decisão da Mesa Eleitoral (art.º 87). A possível convocação do Conselho Geral é feita nos 8 dias seguintes.

(*) Nos termos do Estatuto (art.º 72º nº 1), só podem eleger e ser eleitos os membros **efectivos** inscritos há mais de seis meses (30 de Junho de 2011), no pleno gozo dos seus direitos.

CONVOCATÓRIA

Eleição dos órgãos regionais da Delegação Regional Norte para o triénio 2012-2014

Nos termos dos artigos 74º e 75º do Estatuto da Ordem dos Economistas, convoca-se para o dia 30 de Dezembro de 2011 a Assembleia Eleitoral para eleição dos Órgãos Regionais da Delegação Regional Norte para o triénio 2012-2014.

O acto eleitoral decorrerá na Sede da Delegação Regional Norte, Rua Ricardo Jorge, nº 55, 3º dto., no Porto, entre as 9 horas e as 19 horas.

Nos termos do artigo 72º do Estatuto, só podem eleger e ser eleitos para os Órgãos Regionais os membros efectivos inscritos até 30 de junho de 2011, inclusive, no pleno gozo dos seus direitos.

Porto, 14 de outubro de 2011

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional
(Manuel de Oliveira Marques)



Ordem dos Economistas
Delegação Regional Norte

Atividades 2011 da DRN/OE

✓ **8 a 21 de agosto de 2011 - Viagem ao Oeste Americano**

(participação de Ordens de Advogados, Engenheiros e Médicos, com representação em Viana do Castelo)



✓ **26, 28 de setembro e 3 de outubro - DRN-OE: Seminário Sobre Mercados Financeiros**

Dr. Ricardo Valente

✓ **22 de setembro a 2 de outubro - Centro de Cultura e Congressos da SRNOM - 3ª Mostra Fotográfica "Economistas Amantes de Fotografia"**



✓ **7 de outubro - Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPVC Conferência "À Descoberta do Universo"**

Prof. Pedro Pina Avelino

✓ **11 de outubro - Semana Novos Economistas na Universidade Católica do Porto Conferência "A Crise Financeira Internacional e a Contabilidade/Auditoria"**

Prof. Dr. Eurico de Lima Basto

OUTUBRO

- **Dias 19, 20, 21** – 4º Congresso Nacional dos Economistas – Lisboa
- **Dia 21** – Workshop "Como vencer a crise" – Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- **Dia 27** – Seminário "Coaching para Sucesso nas Vendas" - DRN OE
- **Dia 28** – Participação no "Acto de Recepcion de los Colegiados de Honra" do Colégio de Economistas de Pontevedra - Vigo.

NOVEMBRO

- Seminário sobre "Moneris" – DRN
- Seminário sobre Turismo – em parceria com a AEP